



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000449915**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2084921-81.2025.8.26.0000, da Comarca de Campinas, em que é agravante PAULO GAMA LUKAS, é agravado BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SPENCER ALMEIDA FERREIRA (Presidente), FERNANDO SASTRE REDONDO E FLÁVIO CUNHA DA SILVA.

São Paulo, 8 de maio de 2025.

**SPENCER ALMEIDA FERREIRA**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**VOTO Nº:** 49384  
**AGR.INSTR.:** 2084921-81.2025.8.26.0000  
**COMARCA:** CAMPINAS (5ª V.C.)  
**JUIZ PROLATOR** PAULO CÉSAR BATISTA DOS SANTOS  
**AGTE.:** PAULO GAMA LUKAS  
**AGDO.:** BANCO SANTANDER S.A.

**EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL –  
Decisão que deferiu a penhora que recaiu sobre  
percentual da aposentadoria auferida pelo  
agravante. Necessidade de reforma. Aplicação do  
art. 833, IV do CPC. Penhora que, no caso, que  
comprometeria a subsistência digna do agravante.  
Decisão reformada. RECURSO PROVIDO.**

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão de fls. 229/230, da origem, que, em execução de título extrajudicial, deferiu a penhora sobre o benefício previdenciário do agravante, no percentual de 30%.

O agravante requer a modificação da decisão. Alega, em síntese, que os valores penhorados decorrem de sua aposentadoria, sendo impenhoráveis, portanto.

Recurso processado com efeito suspensivo, sem apresentação de contraminuta, encontrando-se os autos em termos de julgamento.

É o relatório.

2.- Com razão o recorrente.

No caso em tela, é de se observar o disposto no art. 833, IV e §2º do CPC:

“Art. 833. São impenhoráveis:

[...]

IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e

de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º;

[...]

§ 2º O disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, § 8º, e no art. 529, § 3º.”

Não se ignora que, em recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, concluiu-se pela possibilidade de flexibilização da regra geral da impenhorabilidade, excepcionalmente, mesmo em caso de dívida não alimentar, com a condição de não violar a subsistência digna do devedor e de sua família.

Todavia, importante destacar que tais precedentes não autorizam a penhora irrestrita do salário, ainda que em percentual, mas tão somente reconheceram que a regra geral da impenhorabilidade comporta exceções, a depender das circunstâncias do caso.

Na hipótese, a constrição sobre a aposentadoria do devedor prejudicaria seu sustento, razão pela qual faz-se de rigor a reforma da decisão recorrida, a teor do que vem decidindo esta C. Câmara:

“IMPENHORABILIDADE. Execução por título extrajudicial. Pretendida constrição de 30% do salário do devedor. Inadmissibilidade. Hipótese que não se enquadra entre as exceções previstas no artigo 833, § 2º, do CPC. Inaplicabilidade, na hipótese, de precedentes jurisprudenciais que, excepcionalmente, admitem a constrição. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.” TJSP; Agravo de Instrumento 2139936-45.2019.8.26.0000; Relator (a): Fernando Sastre Redondo; Órgão Julgador: 38ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional de Vila Mimosa - 2ª Vara; Data do Julgamento: 23/07/2019; Data de Registro: 23/07/2019.

Desse modo, no caso dos autos, não se deve autorizar a retenção ou penhora sobre a aposentadoria do devedor, que notoriamente possui natureza alimentar e presta-se à sua sobrevivência e de sua família.

Também não incide no caso em análise nenhuma exceção, uma vez que: a) os vencimentos recebidos pelo agravante não ultrapassam 50 salários-mínimos mensais (aufere aposentadoria de aproximadamente quatro mil e quinhentos reais – fls. 225, da origem); b) a penhora indeferida não visa à



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

satisfação de crédito de natureza exclusivamente alimentar; c) a remuneração recebida não admite a mitigação da regra da impenhorabilidade.

Destarte, o recurso deve ser provido.

Advirta-se que eventual recurso a este acórdão estará sujeito ao disposto nos parágrafos 2º a 4º do art. 1.026 do Código de Processo Civil.

3.- Ante o exposto, **dá-se provimento** ao recurso.

SPENCER ALMEIDA FERREIRA  
**Relator**